CADIP
Caixa de Administração
da Dívida Pública Estadual S.A.

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.

COMPANHIA ABERTA
CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 – NIRE 43 3 0003451 8
AVENIDA MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Atendendo disposições legais e estatutárias, apresentamos-lhes as Demonstrações Financeiras da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das suas, respectivas, Notas Explicativas, e do Relatório dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal.

Constituída em 26 de dezembro de 1995, sob a forma de sociedade anônima, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, cujo objeto social é o de prestar serviços no sentido de auxiliar o Tesouro Estadual na administração da Dívida Pública do Estado, podendo para tanto, emitir e colocar no mercado obrigações, adquirir, alienar e dar em garantia ativos, créditos, título e valores mobiliários.

Registrada na CVM como Companhia de capital aberto, na categoria B, a CADIP já realizou onze emissões de debêntures, em montante atualizado, monetariamente, da ordem de R$ 8,5 bilhões, todas já encerradas e liquidadas financeiramente.

A política de Recursos Humanos está prevista no § único e caput do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600 de 26 de dezembro de 1995, o qual dispõe que, para a consecução de seus negócios, a Companhia contará com servidores do Estado e da administração indireta, designados para tal fim.

A política interna de preservação do meio ambiente da Companhia está consubstanciada à política ambiental da Secretaria de Estado da Fazenda à qual é vinculada.

No plano econômico, apesar dos efeitos da pandemia a atividade econômica teve uma variação positiva de aproximadamente 3,68 % em 2022, abaixo dos 4,3 % de 2021, conforme o indicador IBC-Br do Banco Central do Brasil, que leva em conta o desempenho dos principais setores da economia, tais como, indústria, agropecuário e serviços.

O lançamento de novas emissões de debêntures registrado na Comissão de Valores Mobiliários em 2022 alcançou o montante de 14,5 bilhões de reais, o dobro das emissões em 2021, que totalizaram 6,8 bilhões.

Ao longo do exercício de 2022 a CADIP não realizou emissões de títulos e valores mobiliários, nem registrou operações ativas, entretanto a Companhia continua com sua estrutura técnica e operacional, em plenas condições, com vistas ao cumprimento de seu objeto social, especialmente construído para auxiliar Estado na administração da sua dívida pública.

A liquidez financeira da Companhia assegura plenas condições de solvência de seus compromissos.

O Balanço Patrimonial da Companhia, levantado em 31 de dezembro de 2022, não apresenta variações relevantes em relação aos saldos do exercício imediatamente anterior.

Os Auditores Independentes contratados pela CADIP prestam, exclusivamente, serviços de auditoria das Demonstrações Financeiras, à Companhia.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto nos incisos V e VI, do Art. nº 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2022.

A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	21.162	221.296	Fornecedores	4	4
	21.162	221.296		4	4
Não circulante			Não circulante		
Tributos diferidos (Nota 3)	130	120	Provisão para riscos fiscais (Nota 8)	381	352
Depósitos judiciais	119	119		381	352
	249	239	Patrimônio líquido (Nota 6)		
			Capital social	10.200	210.200
			Reservas de lucros	10.826	10.979
				21.026	221.179
Total do ativo	21.411	221.535	Total do passivo e do patrimônio líquido	21.411	221.535

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(153)	(149)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-
Atribuível a:		
Controladores	(152)	(148)
Não Controladores	(1)	(1)
Outros componentes do resultado abrangente:		
Resultado abrangente do período	(153)	(149)
Atribuível a:		
Controladores	(152)	(148)
Não Controladores	(1)	(1)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2022	2021
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 9)	(134)	(145)
Ajuste tributos diferidos	10	-
Provisão para riscos fiscais	(29)	(4)
	(153)	-
Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras	-	(149)
Receitas financeiras	-	-
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(153)	(149)
Prejuízo líquido do exercício	(153)	(149)
Prejuízo líquido por ação ordinária - Básico e Diluído - R$	(0,00221)	(0,00215)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Prejuízo líquido do exercício:	(153)	(149)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades operacionais:	-	3
Ajustes tributos diferidos	(10)	(4)
Provisão para riscos fiscais	29	4
	(134)	(146)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(134)	(146)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital social	(200.000)	-
	(200.000)	-
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(200.134)	(146)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.162	221.296
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	221.296	221.442
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(200.134)	(146)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em milhares de reais

	2022	2021
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	-	-
Valor adicionado a distribuir	-	-
Distribuição do valor adicionado		
Serviços de terceiros, impostos taxas e emolumentos	134	145
Provisão para riscos fiscais	19	4
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	-
Prejuízos absorvidos	(153)	(149)
Valor adicionado distribuído	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Retenção de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2021	210.200	2.040	9.088	-	221.328
Prejuízo líquido do exercício				(149)	(149)
Absorção do prejuízo			(149)	149	-
Em 31 de dezembro de 2021	210.200	2.040	8.939	-	221.179
Redução Capital Social	(200.000)				(200.000)
Prejuízo líquido do exercício				(153)	(153)
Absorção do prejuízo			(153)	153	
Em 31 de dezembro de 2022	10.200	2.040	8.786	-	21.026

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais

1. Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 2 de janeiro de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Continua »»»

Este documento foi assinado digitalmente por:
EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:
https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=UG3%2BQgJyi1%2F%2BEMiDMW7ZOglBEKHtix8UpA%2Btc44QV%2F6hid9s1uJU5C1S%2BOhTOqWb

CADIP Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S.A.

COMPANHIA ABERTA

CGC/MF Nº 00.979.969/0001-56 – NIRE 43 3 0003451 8

AVENIDA MAUÁ, 1155 - 5º ANDAR - PORTO ALEGRE (RS)

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA

»»» Continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021

Em milhares de reais

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

2.6. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela CADIP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.7. Arrendamento Mercantil

Avaliamos os efeitos da aplicação da NBC TG 06 (R3) e não identificamos contratos que possam ser caracterizados como de arrendamento mercantil.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2022, base negativa de contribuição social, no montante de R$ 23.361 (2021 - R$ 23.227), e prejuízos fiscais, no montante de 23.361 R$ (2021 - R$ 22.227), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R$ 7.943 (2021 - R$ 7.897), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R$ 19 (2021 - R$ 4).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Bancos - conta movimento	13	37
Aplicações financeiras	21.149	221.259
	21.162	221.296

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

6. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Face aos interesses societários da Companhia, através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de julho de 2022, foi deliberado a redução do seu Capital Social, no montante de R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). A redução de Capital ocorreu, nos termos do art. nº 173 da Lei nº 6.404, de 16 de dezembro de 1976, sem alteração no volume de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos Acionistas no Capital Social da Entidade. A liquidação financeira, total, da redução do Capital Social, juntos aos Acionistas, foi efetuada em 05 de outubro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 o Capital está composto por 69.150.262 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

(i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e

(ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

7. Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial, Industrial e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, pela Lei Estadual nº 10.600, de 28 de dezembro de 1995, como de serviço público relevante.

8. Provisão para riscos fiscais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda em processos administrativos, perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, inscritos em Dívida Ativa, no valor de R$ 188, em 31 de dezembro de 2022, (2021 - R$ 167) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R$ 193, em 31 de dezembro de 2022, (2021 - R$ 185), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.

9. Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2022	2021
Serviços de terceiros	41	41
Impostos taxas e emolumentos	22	51
Publicações	71	53
	134	145

10. Não ocorrência de eventos subsequentes

Após o encerramento do período findo em 31 de dezembro de 2022, até a presente data, NÃO ocorreram eventos subsequentes, favoráveis ou desfavoráveis à Companhia, passiveis de registros ou de ajustes das suas Demonstrações Financeiras.

CARLOS EDUARDO PROVENZANO
Presidente

CRISTIANE COSTA DA ROSA
Diretora Técnica

LUIS ANTÔNIO MEDINA GOMEZ
Diretor de Relações com Investidores

PAULO CESAR SANTANA NUNES
Contador - CRCRS 034346/0-4
CPF 139.198.490-00

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A., tendo examinado o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração de Resultados Abrangentes e demais documentos da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e tendo presente ainda o teor do Relatório dos Auditores Independentes, manifesta-se pela aprovação das referidas matérias, sem ressalvas, e pelo encaminhamento das mesmas para apreciação e deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2023.

Bruno Queiroz Jatene — Carlos Eduardo Provenzano
Guilherme Correa Petry — Flávio Pompermayer

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, nos termos da lei e do estatuto social, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2022 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2023, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Acionistas.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2023.

Elói Astir Stertz — Cristoferli Wingert — Jorge Luis Tonetto

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos acionistas da

CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A - CADIP
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP, as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio liquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CADIP, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base de Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis. Assim, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

De acordo com o item 9 da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer essa determinação, o auditor deve levar em consideração: (a) as áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou com riscos significativos identificados, de acordo com a NBC TA 315 - Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente; (b) os julgamentos significativos do auditor relativos as áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive as estimativas contábeis identificadas que apresentam alto grau de incerteza na estimativa; (c) o efeito sobre a auditoria de fatos ou de transações significativas ocorridas durante o período.

Contudo, conforme item A59 da NBC TA 701, em alguns poucos casos (por exemplo, em se tratando de entidade listada com operações muito reduzidas), o auditor pode determinar que não há principais assuntos de auditoria, de acordo com o item 10, porque nenhum assunto exigiu sua atenção significativa. Esse foi o caso da CADIP, que no exercício de 2022 apresentou um número reduzido de operações.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n° 06 "a", sobre a efetivação da redução do Capital Social aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 5 de julho de 2022, em que foi deliberada a redução do Capital Social da entidade no montante de R$ 200.000.000,00. A redução de Capital dar-se-á nos termos do art. n° 173 da Lei n° 6.404, de 16 de dezembro de 1976, sem alteração no volume de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos Acionistas no Capital Social da Companhia. A liquidação financeira, total, da redução do Capital Social com os Acionistas foi efetuada em 5 de outubro de 2022. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da CADIP e apresentada como informação suplementar, para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. De modo a formar uma opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma, e é consistente em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração. Assim, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos o que relatar sobre o assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. A Segurança Razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 13 de Janeiro de 2023.

Russell Bedford taking you further

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

JORGE LUIZ MENEZES CEREJA
Contador 1 CRC RS 43679/O - Sócio Responsável Técnico

Este documento foi assinado digitalmente por:
EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:
https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=UG3%2BQgJyi1%2F%2BEMiDMW7ZOglBEKHtix8UpA%2Btc44QV%2F6hid9s1uJU5C1S%2BOhTOqWb

Jornal do Comércio | 88 ANOS
O Jornal de economia e negócios do RS

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Para download do arquivo contendo a certificação digital, clique no link:

https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=UG3%2BQgJyi1%2F%2BEMiDMW7ZOglBEKHtix8UpA%2Btc44QV%2F6hid9s1uJU5C1S%2BOhTOqWb

Para verificar a autenticidade do documento acima, acesse o verificador do site do ITI (Instituto Nacional de Tecnologia da Informação), ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação da certificação digital.

https://verificador.iti.gov.br

(Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil)

Certificado(s)

Nome: EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5
Data da assinatura: 23/02/2023 00:10:21

Este documento foi assinado digitalmente por:
EMPRESA JORNALISTICA J C JARROS LTDA:92785989000104
Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:
https://jornalcomercio.redeimagem.com.br/viewer/pagestream?token=UG3%2BQgJyi1%2F%2BEMiDMW7ZOglBEKHtix8UpA%2Btc44QV%2F6hid9s1uJU5C1S%2BOhTOqWb